

# A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA: NARRATIVAS ANCESTRAIS DE MULHERES NEGRAS TRANCISTAS NA DIÁSPORA AFRICANA

*Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira<sup>1</sup>*  
*Amana Rocha Mattos<sup>2</sup>*

## RESUMO

Reconhecer uma narrativa pressupõe, antes de tudo, que aquele que narra possa se expressar. Em um contexto repressivo, o colonialismo e o racismo, têm impedido e negado o ato de falar a pessoas negras através das relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira. Com isso, seus saberes e fazeres tem sido deslegitimado, apropriado, entre outras coisas. Apesar do silenciamento sistemático, da invisibilização e, do epistemicídio, o trabalho feito por mulheres negras transcistas carregam, para além da memória histórica cultural do povo negro na diáspora africana, diferentes saberes que tem mantido a população negra viva diante da necropolítica vigente. No tocante a estes saberes, os salões de belezas onde as tranças são confeccionadas, se estruturam como quilombos, espaços seguros que possibilitam a superação e o enfrentamento ao racismo cotidiano. A fim de reconhecer e compreender a respeito de tais narrativas, para além de negar as imagens de controle que aprisionam mulheres negras transcistas, como por exemplo, afirmar que transcista não é cabelereira, é preciso dar foco a sua intelectualidade suprimida pela teia de opressões sociais que as acometem. Dessa forma, como uma trança do projeto de tese em andamento, este trabalho propõe unir os fios do relato de experiência prévia como transcista por meio da Escrivivência de Conceição Evaristo ao arcabouço teórico do feminismo negro interseccional e da psicologia, para analisar os conhecimentos desenvolvidos e preservados ao longo dos séculos por transcistas na diáspora africana, como um conjunto de conhecimentos válidos que compõe a epistemologia feminista negra.

**Palavras-chave:** Feminismo negro, Interseccionalidade, Tranças, Transcistas, Racismo.

1 Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [carolareias@yahoo.com.br](mailto:carolareias@yahoo.com.br); Bolsista Capes.

2 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [amanamattos@gmail.com](mailto:amanamattos@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

*Quando reconheço o meu valor, reconheço o seu.*

*Audre Lorde, 2021*

**D**esenvolver uma pesquisa sobre o trabalho das mulheres negras transcistas revela, entre outras coisas, as condições em que este trabalho acontece mediante aos efeitos provocados pelas relações estruturais de poder na sociedade brasileira. Por esse motivo, para construir um recorte que dê ênfase a narrativa das transcistas, precisamos reconhecer que o exercício laboral das mulheres negras na diáspora africana, se modulou ao longo do tempo a partir das condições em que a população negra foi sendo submetida diante do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021), caracterizando as condições de vida das mulheres negras no Brasil um “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011, p.130). Dessa forma, a fim de refletir sobre os saberes e fazeres das transcistas precisamos considerar que, para as mulheres negras, sempre existiu um “trabalho remunerado e um não remunerado” que vem sendo desenvolvido pelas mesmas com o passar dos anos (COLLINS, 2019, p.101), e compreender essa questão pode nos oferecer um novo ângulo de visão para as reais contribuições das mulheres negras para o bem-estar de suas famílias e sua comunidade, aqui neste trabalho, sob a perspectiva das transcistas.

No contexto brasileiro, o trabalho da mulher negra historicamente teve seu início na exploração da mão-de-obra como elemento estruturante da sociedade escravagista. A História tradicional que tem sido contada no Brasil, posiciona as mulheres negras como meras figurantes, onde sua participação se restringia a sujeição a diversos tipos de trabalhos, desde escravas domésticas no período da escravidão, ao trabalho doméstico como meio de sobrevivência após a abolição (TEIXEIRA, 2021).

Partindo das análises produzidas pelo feminismo negro, repositonamos as mulheres negras na História em seu protagonismo. Esse reposicionamento nos permite observar a ambígua relação que emerge entre trabalho remunerado, trabalho não remunerado, exploração física, econômica, intelectual e emocional, articulado ao potencial criativo e empoderador de tais mulheres, tornando este mesmo trabalho uma grande fonte para uma das dimensões epistemológicas fundamentais do pensamento feminista negro: a experiência vivida como conhecimento válido (COLLINS, 2019).

Por muito tempo, pessoas como eu, mulher, negra, transcista, periférica, não podiam falar por si mesmas. Com intuito de dar voz àquelas que estão as margens, pessoas bem-intencionadas, nos tornavam objetos de seus trabalhos,

construindo suas obras e teorias a partir das análises do que viram, ouviram, e sentiram, através do exercício da ideia de neutralidade científica, tornando-se autoridades, especialistas daquilo que contávamos à elas.

Embora, sejamos gratas por todas as produções ao nosso respeito, construídas por pessoas que desejavam trazer visibilidade aos nossos saberes. Nós podemos falar, e temos falado de diferentes formas, apesar da política de dominação “supremacista branca” (HOOKS, [1952] 2019, p.233) impedir que sejamos ouvidas. É uma questão de privilégio concedido, e que precisa ser reconhecido por pessoas que, assim como eu, doutoranda, pesquisadora, falam a partir dos seus lugares na academia.

A trança já foi feita! Os fios dos saberes adquiridos através da experiência vivida e através da academia estão em diálogo nesse texto. Trançados, estes diferentes lugares (RIBEIRO, 2020) se cruzam, hora se sobrepõem articulando-se com diferentes fios em uma única direção, contracolonizar (SANTOS, 2023).

Como afirma a intelectual negra estadunidense, bell hooks ([1952] 2019, p.100), “toda luta libertadora iniciada por grupos de pessoas que têm sido vistos como objetos começa com um processo revolucionário no qual afirmam que são sujeitos”. Como sujeitos, temos o direito daquilo que nos é negado enquanto ocupamos o lugar de objeto, o direito de definir nossa realidade, de estabelecer nossa identidade, de nomear nossas histórias sem que o outro crie, defina, ou nomeie por nós. Pois, apesar das opressões que nos acomete, é como sujeitos que temos resistido.

Nós resistimos quando o uso das tranças, que é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África, é mantida viva por séculos até os dias de hoje como uma forte marca do negro em diáspora.

Nós resistimos quando tais penteados, parte da memória que resistiu ao apagamento histórico proposital (NASCIMENTO, [1914/2011] 2016), continuam sendo guardadas e transmitidas de geração a geração (GOMES, 2020), de mãe para suas filhas, de irmãs para irmãs trançadeiras, e ressignificadas pelas trancistas.

Nós resistimos quando, as tranças continuam tendo um papel fundamental no processo de construção da identidade negra, se iniciando durante a infância, perpassando todas as fases do nosso desenvolvimento de alguma maneira. Primeiro dentro do seio familiar, de forma direta ou indireta, confeccionadas pelas mães, tias, irmãs ou avós em suas crianças, e umas nas outras. E depois, resistimos através do processo de aprendizagem, que acontece principalmente a partir da observação, que vai passando de geração em geração, como uma tarefa de cuidado majoritariamente feminina que mantém e ressignifica o uso das tranças por todos esses séculos (CLEMENTE, 2010).



De acordo com Patrícia Hill Collins (2019), o feminismo negro como movimento social e teoria crítica, a tempos tem criado e fornecido estratégias de enfrentamento, resistência e superação para as consequências subjetivas e objetivas do racismo e outras violências para a população negras e diferentes minorias. Contudo, como afirma Grada Kilomba (2019), as narrativas de mulheres negras são sistematicamente percebidas como menos válida em espaços intelectuais e de produção de conhecimento, mostrando o quanto a ideologia colonial tem sustentado a ideia de que grupos subalternizados, ou seja, aqueles que não estão no centro, mas nas margens, nas periferias, tem tido suas falas silenciadas através de afirmações que “veem os colonizados como incapazes de falar” (KILOMBA, 2019, p.48) em seus próprios nomes.

Entretanto, como aponta Xavier (2019, p.82), “a solução do problema passa por produzir novas epistemologias baseadas na localização dos sujeitos produtores de conhecimento”. Neste sentido, a escrita deste trabalho tem como proposta partir da escrevivência teorizada por Conceição Evaristo, para articular as experiências vivenciadas no campo como transista, ao arcabouço teórico do feminismo negro, tendo como principal referência a obra *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment* da intelectual negra estadunidense, Patrícia Hill Collins, publicada pela primeira vez em 1990, a fim de reafirmar a intelectualidade de mulheres negras transistas na composição da epistemologia feminista negra.

Cabe enfatizar que, este trabalho compõe a pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), e parte de algumas análises feitas a partir dos meus 18 anos de experiência atuando como transista, em diálogo com as reflexões produzidas com o DEGENERA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros, ao qual sou integrante no PPGPS, desenvolvido sob a orientação da professora doutora Amana Mattos.

## METODOLOGIA

Este trabalho se organiza como um estudo empírico de cunho qualitativo, que visa articular os conhecimentos desenvolvidos e preservados ao longo dos séculos por transistas na diáspora africana, como um conjunto de conhecimentos válidos que compõe a epistemologia feminista negra.

A pesquisa qualitativa nos permite acessar a singularidade dos sujeitos, construir conhecimento através do que fora enunciado de/em suas histórias (MINAYO, 2009), e dessa forma, as análises que serão feitas a seguir, adota a escrevivência

como ferramenta metodológica, onde propomos “contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte” (SOARES; MACHADO, 2017, p.206) compartilhado entre nós. Tendo como sustentação teórica, o arcabouço trazido pelo feminismo negro interseccional e as teorias críticas em psicologia.

Os dados analisados foram organizados a partir da narrativa em primeira pessoa tendo como âncora memórias de cenas vivenciadas como transista, em diálogo com os materiais produzidos e publicados em diferentes plataformas de comunicação por outras intelectuais do campo do transismo, do feminismo negro interseccional, e da psicologia que serão referenciadas ao longo do texto.

## INTELECTUAIS NEGRAS TRANCISTAS

*“Quem você pensa que é, hein?” Quem eu mais tenho medo de (nunca) encontrar. Audre Lorde, 2021*

É inquestionável o fato, de que só reconhecemos a intelectualidade de alguém que não está em condições de isolamento e obscuridade. Quantas pessoas incrivelmente talentosas cujas ideias nunca foram conhecidas, existiram, mas não foram sequer citadas em uma história por alguém?

Nós, mulheres negras transistas sempre estivemos as margens, cultivando nossas ideias e desenvolvendo mecanismos poderosos para nossa sobrevivência, para a sobrevivência dos nossos, nas sombras, onde nunca fomos vistas.

As tranças que confeccionamos, recebem a luz da visibilidade sem a menção dos nossos nomes e rostos. Permanecemos invisíveis, anônimas, inexistentes.

Algumas de nós, como forasteiras, conseguem receber alguma visibilidade estabelecendo acordos possíveis<sup>3</sup> com a supremacia branca existente. Estamos lá, ou aqui, poucas de nós, subvertendo o sistema. Com um número expressivo de seguidores nas redes sociais, fazendo publicidade e propaganda para grandes marcas, palestrando para grandes empresas em datas comemorativas, escrevendo uma tese de doutorado...

Contudo, ocupar um lugar de destaque, negar as “imagens de controle” (COLLINS,

---

3 Em muitos momentos, ao longo da nossa carreira profissional como transista, precisamos nos autodeclarar como pertencentes a outras categorias profissionais instituídas, para que possamos trabalhar de forma legalizada. Assim, muitas transistas precisam informar que são artesãs, artistas ou cabelereiras para exercer dignamente suas profissões. Isso acontece por que a categoria profissional transista ainda não foi instituída nos documentos que formaliza as profissões no país.

2019; BUENO, 2020) que nos aprisionam, não garante o reconhecimento intelectual daquilo que temos produzido, não nos garante direitos, e não nos protege das inúmeras violências que temos sofrido.

Collins (2019) afirma, que existe uma complexa tradição intelectual de mulheres negras, que firmaram bases analíticas cruciais para uma visão diferente do eu, da comunidade e da sociedade, mas que vive a sombra, e isso não é acidental. A autora questiona, “por que não somos conhecidas? Por que não acreditam em nós?” (COLLINS, 2019, p. 32), e conclui que, “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização” (COLLINS, 2019, p.32). A compreensão da relação dialética entre opressão e o nosso ativismo intelectual é crucial para reivindicarmos o direito de existência e da importância da epistemologia feminista negra de mulheres transistas.

Como afirma Collins (2019, p.42) as teorias sociais produzidas por mulheres negras não surgem do nada. Mas, como uma pérola em uma ostra, evidenciam os nossos esforços para lidar com as experiências vividas, “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados” e nos faz sobreviver a necropolítica (MBEMBE, 2018). Neste sentido, recuperar as tradições intelectuais de transistas implica em rastrear tais saberes subjugados, reinterpretá-los em muitos aspectos, e analisá-los a fim de que tenham o reconhecimento condizente as suas contribuições para a humanidade.

Dessa forma, assim como ninguém se torna intelectual automaticamente, e como nem todo acadêmico é necessariamente considerado intelectual, uma transista não se torna uma intelectual por se tornar transista. De acordo com o pensamento feminista negro, ser considerado intelectual “requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independente do lugar social concreto em que este trabalho ocorra” (COLLINS, 2019, p.52), que pode ser observado pelo modo como este trabalho intelectual se dedica a contribuir com a produção de saberes de resistência em meio as opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, território, etnia, nação, geração, religião, e outros marcadores sociais.

Ao trazer tais afirmações, Collins (2019) nos atenta para as diferentes formas pelas quais a epistemologia feminista negra se mantém desconhecida, e portanto, desacreditada. Collins afirma, que uma dessas formas se estrutura através das normas que atribuem condições para a produção acadêmica, e os perigos em



não questionar concepções que continuam ligadas a inferioridade intelectual de negros e mulheres.

Assim, conferir centralidade a análise das tradições intelectuais de trancistas, é possibilitar um novo ângulo de visão que permite que sejamos percebidas como sujeitos sobre a nossa filosofia, nossos interesses enquanto mulheres negras e trancistas, que não significa excluir outras lutas sociais.

## A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA E O TRABALHO DAS TRANCISTAS

*Rogo a cada uma de nós aqui que mergulhe naquele lugar profundo de conhecimento que há dentro de si e chegue até o terror e a aversão a qualquer diferença que ali habite. Veja que rosto têm. Só aí o pessoal como algo político pode começar a iluminar todas as nossas escolhas.*

Audre Lorde, 2021

Refletir sobre as trancistas a partir do feminismo negro é estar em uma encruzilhada que pode nos levar a inúmeros caminhos, e qualquer um que escolhermos caminhar certamente nos trará questões que serão impossíveis de se esgotar aqui. Dessa forma, construo essa escrita preliminar, priorizando o trabalho intelectual mantido e desenvolvido pelas mulheres negras trancistas, buscando dar foco as experiências vividas.

Collins (2019) explica que existe um padrão de averiguação da verdade amplamente aceito entre as mulheres negras que é constituído pelo que ela chama de material experiencial. São “experiências que, quando compartilhadas e transmitidas, tornam-se sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras, [...] quem compartilha essas experiências pode acessar uma série de princípios para avaliar reivindicações de conhecimento” (COLLINS, 2019, p.410), nos mostrando assim, que existe uma epistemologia, ou seja, um conhecimento inerente as mulheres negras e validado por elas.

A respeito da existência dessa epistemologia, Collins nos deixa as seguintes perguntas: “quais são seus contornos? [...] Quais são suas contribuições reais e potenciais para o pensamento feminista negro?” (COLLINS, 2019, p.410).

A fim de compreender como o trabalho das mulheres negras trancistas constituem a epistemologia feminista negra, emergem as seguintes perguntas: qual é o trabalho das trancistas? Quais são os seus contornos? Quais são as suas contribuições reais e potenciais para o pensamento feminista negro?

Tomando os meus 18 anos de experiência como trancista como ponto de partida dessa escrita, compreendo que o trabalho das trancistas é principalmente

confeccionar, desenvolver e preservar a história e as técnicas ancestrais do trançismo, trazido para o Brasil por diferentes populações africanas no período da escravização de pessoas negras, por meio do compromisso ético em ofertar ações de cuidado, prevenção e reparação aos danos psicossociais do racismo e outras opressões sociais a população brasileira de diferentes formas.

A trança é um saber ancestral. As mulheres negras trançadeiras, adquiriram este conhecimento umas com as outras, e continuam fazendo as tranças como forma de cuidado e proteção, sem necessariamente serem remuneradas por isso, “são Griôs, guardiãs das memórias africanas, na palma das suas mãos” (CLEMENTE, 2010, p.14).

As trancistas, são pessoas que são remuneradas pelo exercício de suas atividades profissionais, ainda que este ofício não seja reconhecido institucionalmente como uma categoria profissional, até o presente momento no Brasil. Diferente da atuação das/os/es cabelereiras/os/es, as trancistas ofertam um serviço pautado em uma ética própria de cuidado por meio da confecção das tranças africanas, combatendo os efeitos psicossociais produzido pelo racismo estrutural na sociedade brasileira. Este saber/fazer, em muitos casos se organiza como a principal fonte de renda para diversas famílias, e é sobre ele que construiremos as análises deste trabalho.

Apesar do apagamento sistemático, da invisibilidade, e das imagens de controle atribuídas às mulheres negras trancistas, suas ações se espalham e crescem profundas como raízes. Partindo de suas experiências cotidianas, as trancistas compartilham seus conhecimentos com diferentes pessoas através de ações que promovem uma luta por justiça social e potencializa transformações institucionais, desenvolvendo meios de enfrentamento a desigualdade social e racial presente no contexto brasileiro.

Considerando que tais aspectos se estruturam como eixos principais do ativismo feminista negro, as mulheres negras trancistas enfrentam cotidianamente, por meio das tranças, os efeitos do racismo que incide sobre seus corpos de diferentes maneiras. Seja como for, em seus salões de beleza<sup>4</sup>, na sala ou em um pequeno cômodo de suas casas, na rua, na praia, ou virtualmente, as trancistas constroem “quilombos”, como teoriza Beatriz Nascimento ([1942/1995] 2021, p. 166), que possibilitam a restauração daquilo que tem sido quebrado em nós, pessoas negras, através do racismo.

4 A recusa em usar o termo afro, étnico, afro-brasileiro, entre outros, após o termo salão de beleza, significa para mim, um modo de reivindicar que a beleza também é nossa. Portanto, acredito que quando nos referimos os espaços de trabalho de pessoas trancistas como afro e étnico, estamos reforçando estereótipos acerca da estética de pessoas negras.



Como a “mãe preta”, que segundo Lélia González (GONZÁLEZ, 2020, p.88), introduziu o pretuguês<sup>5</sup>, as trançadeiras e as trancistas tem mantido vivo este saber ancestral, gingando contra a necropolítica que busca aniquilar a população negra no país. Temos criado ao longo do tempo, espaços de fala e escuta, temos gerado renda, promovemos demandas ao mercado consumidor, construímos redes políticas, desenvolvemos ações e projetos sociais, estabelecemos uma linguagem própria, instituímos uma ética de cuidado que se amplia e ultrapassa o nosso núcleo familiar, se estendendo para a nossa comunidade, e para outras comunidades, rompendo fronteiras.

Como mulheres negras brasileiras, apesar dos desafios comuns que enfrentamos pelo impacto das opressões sociais em nossas vidas, por sermos um grupo diverso, as nossas respostas são plurais. Através das tranças, as trancistas resistem se reinventando, transformando pessoas, ensinando, criando obras de artes, acessórios, empreendendo, pesquisando, teorizando e escrevendo.

Lutando coletivamente para sermos profissionalmente reconhecidas, como tem feito a trancista Michele Reis<sup>6</sup> (BA); dando amparo a Mães do Cárcere<sup>7</sup>, como faz a trancista Andreia MF (SP); descortinando a matemática presente nas tranças, como fez a trançadeira Luane Bento Santos<sup>8</sup> (RJ) (SANTOS, 2013); contando a história das tranças e ajudando a mulheres a alcançarem sua independência financeira, como tem feito a trancista Rafaela Xavier<sup>9</sup> (BH); criando um mapa de trancistas, como está fazendo a trancista Layla Maryzandra<sup>10</sup> (DF); trazendo reflexões sobre as notícias por meio de conteúdos digitais, como tem feito a Trancista Sara Mara<sup>11</sup> (SP); ampliando a concepção de moda, como faz a trancista Maia Boitrago<sup>12</sup> (RJ); Descolonizando o Ori<sup>13</sup>, como tem feito através de seus projetos a trancista Maria Jardim (GO); fazendo as tranças em uma das maiores emissoras

5 De acordo com a feminista negra brasileira Lélia González (2020, p.90), o pretuguês é a “marca linguística de um idioma africano” presente no português brasileiro, e na linguagem em seu aspecto ampliado, signo, significante e significado.

6 <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/280968-camara-de-salvador-institui-6-de-junho-como-dia-da-pessoa-trancista>

7 <https://www.facebook.com/watch/?v=628553894676973>

8 [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-)

9 [https://www.youtube.com/watch?v=yXRNZMVYy\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=yXRNZMVYy_0)

10 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/04/30/trancas-no-mapa-projeto-faz-mapeamento-de-trancistas-do-df-e-entorno.ghtml>

11 <https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2020/10/viajei-2-mil-km-para-fazer-trancas-em-uma-menina-que-foi-humilhada-na-internet.html>

12 <https://blog.riachuelo.com.br/riachuelo-now/riachuelo-entrevista-maia-boitrago/>

13 <https://lpeqi.quimica.ufg.br/n/130522-descolonizar-ori-estetica-negra-cabelos-crespos-e-oja?atr=-fr&locale=fr>

do país, como faz a Trancista Quênia<sup>14</sup>; desenvolvendo projetos sociais de empoderamento feminino, como faz a trancista Gabriela Azevedo<sup>15</sup> (RJ); compondo músicas e fazendo rap, como faz a trancista Ebony<sup>16</sup> (RJ); buscando fortalecer o movimento de trançadeiras e trancistas, como tem feito o Coletivo Trançadeiras do Pará<sup>17</sup> (PA); desenvolvendo métodos de cuidados para a saúde física das trancistas, como faz a trancistas Jéssica Rosa<sup>18</sup> (RJ); gerando impacto social através de projetos, como faz o coletivo Frente de Trancistas<sup>19</sup> (RJ); se autodefinindo como fez lalodê<sup>20</sup> ao afirmar que trancista não é cabelereira (SANTOS, 2022); e reafirmando a intelectualidade de mulheres negras trancistas, através do reconhecimento dos seus saberes e fazeres como prática de cuidado, enfrentamento e superação ao trauma racial, como me proponho a fazer por meio dessa pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse texto embrionário foi provocar uma reflexão a respeito da produção intelectual de mulheres negras trancistas, como componente da epistemologia feminista negra, conceito amplamente discutido pela feminista negra

14 <https://www.instagram.com/p/COXiom7ptfP/>

15 <https://oglobo.globo.com/ela/beleza/no-brasil-de-hoje-tranca-um-simbolo-de-resistencia-23591096>

16 <https://rollingstone.uol.com.br/musica/conheca-ebony-que-faz-rap-sobre-absurdos-para-voce-ter-um-lugar-livre-de-julgamentos-entrevista/>

17 <https://www.instagram.com/coletivotrancadeiraspara/>

18 [https://www.instagram.com/p/Cv-2\\_R4u-JS/](https://www.instagram.com/p/Cv-2_R4u-JS/)

19 <https://www.instagram.com/p/CxMf5oTrZOS/>

20 lalodê, foi o nome fictício escolhido por Santos (2022) para preservar a minha privacidade enquanto colaboradora entrevistada de sua pesquisa. Durante a defesa de sua tese, que tem como título a frase “Trancista não é cabelereira” afirmação feita pela trancista lalodê, Santos diz: “sobre os nomes fictícios, alguns nomes eu autoatribuí. lalodê, pra quem não sabe é um título de Oxum, e aí eu até brinquei com a minha colaboradora, falei: olha, ela é evangélica, mas eu provoquei e falei assim, eu acho que você é filha de Oxum, e seu nome fictício vai ser lalodê. Aí ela ficou rindo e falou assim, “aí todo mundo diz que eu tenho jeito de Oxum”. Eu falei, “pois você tem maior jeito de Oxum”, brincando assim... minha mãe de santo deve estar ouvindo e deve estar falando, “fomo e esse jeito dela” (risos). Mas eu autoatribuí em alguns casos nomes africanos, em outros casos a própria pessoa trouxe, ou era o nome do salão, uma parte do salão ali. Enfim... Uma eu autoatribuí mesmo, falei “áh não, vou botar aqui lalodê, porque como eu trouxe no capítulo três, Oxum tem uma relação com as tranças né?! Só que não era uma questão que estava em livros, eram algumas coisas que eu lia na internet, e outras questões que não se falam...Então eu falei, “não, uma vai ter o nome de Oxum”. Então, lalodê porque queria marcar também né, essa presença desse feminino-iorubano-ancestral porque é o título de Oxum, lalodê, e aí eu coloquei lalodê”. Sendo assim, como já disse a autora, reafirmo aqui, me sinto completamente honrada por sua decisão, por saber o quanto esta nomeação também parte de uma luta antirracista e de autoafirmação acerca do seu lugar de fala. E, por esse motivo, escolho manter a nomeação dada por Santos ao abordar as experiências que vivi como trancista em minhas escrituras. A defesa da tese completa da Luane Bento Santos pode ser assistida por meio do link a seguir: [https://www.youtube.com/watch?v=vrqBqO\\_fnz8](https://www.youtube.com/watch?v=vrqBqO_fnz8)

interseccional estadunidense, Patrícia Hill Collins em suas obras. Collins, em diferentes escritos explicita o grande desafio que se apresenta às mulheres negras que ocupam a academia, e desenvolver uma pesquisa interseccional implica em estarmos atentas aos modos como as relações de poder se organizam, hierarquizam saberes e, reforçam esteriótipos e imagens de controles das quais temos sido mantidas prisioneiras.

Construir este trabalho é também, provocar um deslocamento disruptivo as lógicas pré-estabelecidas a respeito daquelas pessoas que tem sido consideradas intelectuais, e conseqüentemente, a respeito daquilo que tem sido considerado conhecimento, que através das relações de poder, tem sido validado como verdade somente por meio da academia.

Assim concluo este trabalho, afirmando que ainda não há conclusões definitivas, há perguntas que surgem em meio a memória de cenas vividas, há pistas que procuro seguir, há muitos fios a serem trançados, e também muitas tranças a serem desfeitas ou refeitas ao longo do tempo. Importa que nossas escrituras nos livre dos perigos da história única (ADICHIE, 2019). Somos muitas, e todas nós temos algo a dizer. Porque uma tranquista, nunca deixa de ser trançadeira, não importa a profissão que um dia venha exercer, e trançadeiras são Griôt's, continuam sendo guardiãs de muitas histórias.

## AGRADECIMENTOS

Certamente, não conseguirei citar e agradecer a todas as pessoas e coisas que me impulsionam a escrever. Mas, rega o meu espírito aceitar todas as oportunidades que tenho para agradecer. Por isso, quero agradecer a Deus que me confiou tamanha responsabilidade, e desde então tem cuidado de mim. A minha família, meu porto seguro, por todo amor, parceria e apoio. Ao Coisa D'Negro e a Escola de Trancistas, projetos que desenvolvi, por todas as experiências que me proporcionou como tranquista. A todas as pessoas trançadeiras e trancionistas, as que vieram antes e que com lágrimas e suor construíram o caminho para que eu chegasse até aqui. A todas as pessoas que eu trançei, e que me ensinaram sobre saúde mental antes mesmo da psicologia entrar na minha vida. A minha orientadora Amana Mattos, ao Degenera e ao PPGPS/UERJ, pelo acolhimento e por todo nutriente que tem dado a mim e as raízes da minha pesquisa. A Capes por me conceder o auxílio financeiro necessário para que eu pudesse me dedicar a pesquisa. Ao CINABETH por ter cedido esse espaço para que possamos amplificar nossas vozes através da ciência. Muito obrigada!



## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. 1. ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: **Editora Jandaíra**, 2021.

BUENO, W. Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre, RS: **Zouk**, 2020.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: **Selo Negro**, 2011.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança Afro: A Cultura do Cabelo Subalterno**. In: Curso de especialização em gestão de projetos culturais e organização de eventos da Escola de Comunicações e Artes – ECA, 2010, São Paulo. *Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação (CELACC)*. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/247-754-1-SM.pdf>>. Acesso em: 12 de Ago. 2021.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019. Tradução: Jamile Pinheiro Dias.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2020.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2020. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima.

HOOKS, B. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: **Elefante**, [1952] 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo no cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: **Cobogó**, 2019. Tradução: Jess oliveira

LORDE, A. Irmã outsider. 1. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2021. Tradução: Stephanie Borges. MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: **n-1 edições**, 2018. Tradução: Renata Santini.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2009.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: **Perspectivas**, 2016.

NASCIMENTO, B. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2021. Organização: Alex Ratts.

RIBEIRO, D. Lugar de Fala. São Paulo: **Editora Jandaíra**. 2020.

SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: **Ubu Editora**, 2023.

SANTOS, L. B. Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros. - 2013. Disponível em: [https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/8\\_Luane%20Bento%20dos%20Santos.pdf](https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/8_Luane%20Bento%20dos%20Santos.pdf).

SANTOS, L. B. “Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/60705/60705.PDF>.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**. São

Paulo. v. 17, n.39, p.203-219, Mai./Ago. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002) Acesso em: 29 de Set. 2021.

TEIXEIRA, J. C. Trabalho Doméstico. São Paulo: **Jandaíra**, 2021.

XAVIER, G. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: **Malê**, 2019.